

# FICHA DE UNIDADE CURRICULAR 2025/2026

#### Curso

Licenciatura em Educação e Formação

## Designação

Avaliação em Educação e Formação

Docentes (docente responsável pela U.C.)

Natalie Nóbrega Santos (email: natalie.santos@ie.ulisboa.pt)

**Descrição geral** (ECTS, Carga horária, Apoio tutorial, etc.)

5 ECTS; aula semanal de 3 horas; orientação tutorial mediante marcação.

## Objetivos / Competências

A Unidade Curricular Avaliação em Educação e Formação está organizada para que, entre outros de semelhante natureza, os alunos possam alcançar os seguintes objetivos de aprendizagem:

- 1. Compreender os conceitos e os fundamentos do domínio científico da avaliação.
- 2. Comparar diferentes perspetivas e conceções de avaliação.
- 3. Compreender as características fundamentais das abordagens de avaliação estudadas.
- 4. Utilizar conceitos, fundamentos e abordagens de avaliação para compreender questões essenciais das áreas práticas da avaliação.
- 5. Argumentar fundamentadamente para justificar a necessidade e a importância da avaliação no desenvolvimento das pessoas, das instituições e da sociedade.
- 6. Justificar o papel que a avaliação pode desempenhar no conhecimento de uma variedade de práticas educativas, formativas e sociais.
- 7. Discutir diferentes utilizações que se podem fazer da avaliação e dos seus resultados.
- 8. Compreender diferentes utilizações da avaliação, nomeadamente no quadro da regulação das políticas educativas, formativas e sociais, bem com no contexto do incentivo aos processos de inovação.

Espera-se que os estudantes adquiram, desenvolvam e aprofundem competências, tais como:

- 1. Selecionar informação relevante para a consecução dos objetivos previstos no programa.
- 2. Produzir textos que sistematizem conceções e conhecimentos acerca da avaliação constantes nos recursos utilizados.
- 3. Intervir fundamentadamente em discussões acerca dos temas de avaliação previstos no programa.
- 4. Avaliar o conteúdo de textos produzidos nas sessões de trabalho com base em critérios previamente definidos.



- 5. Analisar situações concretas de avaliação, situando-as no quadro global das suas determinações e implicações.
- 6. Apreciar crítica e fundamentadamente uma diversidade de textos no domínio da avaliação.
- 7. Realizar atividades de pesquisa teórica e de campo no âmbito da avaliação.

# Conteúdos programáticos (Sinopse)

Fundamentos, natureza, propósitos e conceitos básicos no domínio da avaliação.

Avaliação em diferentes áreas aplicadas: questões críticas, métodos e procedimentos.

Recursos e práticas de avaliação recorrentes em diferentes domínios.

## Bibliografia Básica (Outros títulos a indicar ao longo do semestre)

- Brinkerhoff, R.O., Brethower, D. M., Hluchyj, T., & Nowakowski, J. R. (1986). *Program Evaluation. A practitioner's guide for trainers and educators*. Kluwer Nijhoff Publishing.
- EMAPIL Equipa Multidisciplinar de Avaliação de Políticas e de Impacto Legislativo. (2024). Avaliação de políticas públicas: por onde começar? A análise de avaliabilidade como instrumento base do processo de avaliação. PlanAPP.
- Fernandes, D. (2005). Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas (pp. 63-97). Lisboa: Texto Editores.
- Fernandes, D. (2007). Limitações e potencialidades da avaliação educacional. In M. Melo (Org.), *Avaliação em educação* (pp. 5-8). Editora Melo. http://hdl.handle.net/10451/5581
- Fernandes, D. (2009). Avaliação de programas e de projetos pedagógicos. In Sapiens 2009 (Ed.), *Anais do VIII Congresso Internacional de Educação* (pp. 36-40). Sapiens Centro de Formação e Pesquisa. http://hdl.handle.net/10451/5885
- Fernandes, D. (2009). Avaliação em educação: Perspetivas Iberoamericanas. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 9, 3-5. <a href="http://hdl.handle.net/10451/5541">http://hdl.handle.net/10451/5541</a>
- Fernandes, D. (2010). Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In M. T. Esteban & A. J. Afonso (Orgs.), *Olhares e interfaces: Reflexões críticas sobre a avaliação* (pp. 15-44). Cortez. http://hdl.handle.net/10451/5788
- Fernandes, D., Vale, I., Borralho, A., & Cruz, E. (2010). Uma avaliação do processo de experimentação do novo programa de matemática do ensino básico (2008/2009). Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. <a href="http://hdl.handle.net/10451/10430">http://hdl.handle.net/10451/10430</a>
- Kirkpatrick, D. L., & Kirkpatrick, J. D. (2007). Evaluación de acciones formativas. Los cuatro niveles. Epise & Gestión 2000.
- Lukas, J. F., & Santiago, K. (2004). Evaluación educativa. Alianza Editorial.
- Mertens, D. M., Hall, J. N., & Wilson, A. T. (2025). *Program evaluation theory and practice. A comprehensive guide* (3rd Ed.). Guilford Press.



- Schneider, M. P. (2012). Entrevista com o Professor Almerindo Janela Afonso: Dialogando sobre políticas de regulação e avaliação no campo da educação, *Roteiro*, 37 (2), 185-190. <a href="https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2224">https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2224</a>
- Scriven, M., & Stufflebeam, D. L. (1978). Avaliação educacional II. Perspetivas, procedimentos e alternativas. Vozes.
- Spector, J. M. (2023). Evaluations of educational practice, programs, projects, products, and policies. In J.M. Spector, B. B. Lockee, M. D. Childress (Eds.), *Learning, design, and technology. An international compendium of theory, research, practice and policy* (pp. 1989-2006). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-17461-7 1
- Stufflebeam, D. L., & Coryn, C. L. S. (2014). Daniel Stufflebeam's CIPP Model for evaluation: An improvement and accountability-oriented approach. In Authors, *Evaluation theory, models and applications* (pp. 309-415). Jossey-Bass.
- UTA Unidade Técnica de Avaliação do PlanAPP Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (2023). *Introdução à Teoria da Mudança. Ferramentas e guias metodológicos.* https://planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2023/09/PlanAPP\_2023\_GuiaTdM.pdf

#### Métodos de ensino

As sessões de trabalho serão organizadas de forma que seja possível desenvolver uma variedade de atividades que exigem o envolvimento e a interação entre todos os participantes tais como: a) organizar e sistematizar conhecimentos relevantes de cada tema; b) formular questões, propor discussões e clarificações; e c) produzir, analisar e avaliar textos.

Nestas condições, os estudantes têm de participar ativamente no desenvolvimento das sessões de trabalho. Para que tal seja possível, é indispensável ler previamente os textos adequados para cada tema e/ou para cada sessão e, consequentemente, o trabalho autónomo dos estudantes tem um papel determinante no desenvolvimento das suas aprendizagens.

#### Regime Geral de Avaliação (Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O Regime Geral de Avaliação, tal como está definido no Regulamento de Avaliação das Aprendizagens do IE-UL, é o regime recomendado para a generalidade dos estudantes, incluindo trabalhadores-estudantes (e estudantes de outros regimes especiais), desde que cumpram a assiduidade mínima de 2/3 das aulas.

Segue-se o princípio da avaliação contínua e formativa, que se desenvolverá ao longo das aulas. A unidade curricular é presencial e, por isso, implica, como princípio, a frequência de todas as sessões por cada um dos estudantes. Se tal frequência não se verificar, podem não estar reunidas condições para que o estudante seja avaliado.

Os principais critérios de avaliação a considerar em cada uma das tarefas indicadas serão discutidos e negociados com os alunos.

A classificação final nesta Unidade Curricular implica a participação ativa dos estudantes no desenvolvimento das tarefas que se indicam a seguir.



- Avaliação contínua (50%) (Individual e grupal): Realização de microtarefas assíncronas ou síncronas questionários, pequenas reflexões, glossário, participação em fórum, função de apoio às aulas, auto e heteroavaliação (até 19 de dezembro de 2025).
- 2. Prova escrita (20%) (Individual) a realizar nos dias 15 e 16 de dezembro de 2025.
- 3. Trabalho teórico-prático (30%) (Grupo): Avaliação crítica de um plano de avaliação com proposta de melhoria (5 de janeiro de 2026).

Orientações precisas e específicas sobre o desenvolvimento de cada uma das tarefas serão apresentadas e discutidas em aula e disponibilizadas também através da plataforma Moodle.

No Regime Geral de Avaliação, a aprovação na UC exige que o estudante obtenha, no mínimo, 10 valores em cada componente de avaliação, seja individual ou grupo. Caso o aluno obtenha uma nota inferior a 10 valores em qualquer uma das componentes, mesmo que a ponderação das componentes seja superior a 10 valores, a nota registada em pauta será a mais baixa

**Regime Alternativo de Avaliação** (Modalidades, estudantes abrangidos, elementos, calendarização, ponderação, etc.)

O Regime Alternativo de Avaliação é exclusivo para os alunos com o estatuto de trabalhador-estudante, de atleta de alta competição e outros regulamentarmente previstos. Nesses casos, a aprovação na UC implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação, nomeadamente em momentos de avaliação formativa ao longo do semestre.

Os estudantes em regime especial de frequência, i.e., em circunstâncias reconhecidamente especiais, devidamente comprovadas e de acordo com os normativos em vigor, deverão comunicar ao docente a sua situação até final de setembro para que se possa definir uma modalidade alternativa de acompanhamento da unidade curricular.

A classificação final, no regime alternativo de avaliação, é determinada pela realização de um exame final escrito (100%) sobre toda a matéria da unidade curricular, a realizar no dia 12 de janeiro de 2026.

### Regras relativas à melhoria da classificação final

A melhoria de nota será realizada no ano letivo seguinte, mediante exame final.